

GTNM/RJ

JORNAL DO GRUPO TORTURA NUNCA MAIS/RJ - ANO 22 - Nº 62 - SETEMBRO/2007

Foto: Custódio Coimbra



EDITORIAL: 'SE MANDAR CALAR, MAIS EU FALO' 02

MÍDIA: O EIXO DO TOTALITARISMO 04

RASTRO DE VIOLÊNCIA 06 - 07

DIA DO DESAPARECIDO POLÍTICO - AL 09

'MEMÓRIA PARA USO DIÁRIO' NO FESTRIO 10

TORTURA NO MUNDO GLOBALIZADO 12

ARTIGO DE GUSTAVO BORCHERT

'Vivemos um espírito brasileiro de conciliação criminosa'. FÁBIO KONDER COMPARATO

'Se mandar calar, mais eu falo'

Se me der um beijo eu gosto / Se me der um tapa eu brigo / Se me der um grito não calo / Se mandar calar, mais eu falo (...)
'Recado', de Gonzaguinha

Não por acaso o título deste Editorial, uma frase da música "Recado" de Gonzaguinha, é a nossa chamada para o **show que estamos promovendo no Circo Voador neste 9 de outubro** que, além de arrecadar fundos para viabilizar parte do pagamento judicial que estamos obrigados a fazer a agentes da Polícia Federal/RJ, por termos denunciado torturas sofridas por um ex-petroleiro, marca nossa posição de não nos calarmos. Apesar de termos perdido na Justiça – o que abre um sério precedente contra os movimentos sociais, como o GTNM/RJ – não nos intimidamos: continuamos fazendo nosso trabalho, lutando contra toda e qualquer violação de direitos humanos.

Da mesma forma que queremos trazer parte de nossa história recente, o período de ditadura militar – em especial, aquele conhecido como Terrorismo de Estado –, queremos afirmar uma forma de existir e viver onde a tortura, os castigos degradantes e cruéis, possam ser exterminados de nossas práticas oficiais e oficiosas.

Dentro desta lógica, apoiamos com restrições o lançamento pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Relatório "Direito à Memória e à Verdade", ocorrido em 29 de agosto último, que faz um balanço do trabalho desenvolvido durante os 11 anos de funcionamento da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, criada pela Lei 9.140 de dezembro de 1995, ainda no governo de FHC.

É importante lembrarmos que esta lei foi, à época, bastante criticada por algumas entidades de direitos humanos, como o GTNM/RJ. Para nós

foi um primeiro passo, mas extremamente tímido e, mesmo, perverso, visto que os ônus das provas de que os opositores políticos foram mortos e/ou desapareceram, coube às famílias. Ou seja, o Estado brasileiro instituiu uma lei onde as provas de que seus agentes seqüestraram, prenderam, torturaram, assassinaram e ocultaram cadáveres cabe não a ele, o Estado, mas às famílias desses militantes que se encontravam, em sua grande maioria, sob a guarda desse Estado.

Esta mesma lógica encontra-se presente no lançamento do livro/relatório "Direito à Memória e à Verdade". O GTNM/RJ classifica este lançamento como um passo importante, mas ainda bastante limitado e restrito.

Importante porque desde que a Comissão foi instalada, em 1996, é a primeira vez que se tem um relatório oficial sobre suas atividades. Pela primeira vez, o Estado brasileiro assume as atrocidades cometidas por seus agentes em nome da "segurança nacional".

Limitado e restrito porque todos os fatos narrados neste relatório foram conseguidos através de tortuosas e dolorosas pesquisas realizadas pelos familiares de mortos e desaparecidos políticos e por entidades de direitos humanos. Ainda está em vigor a lei do "sigilo eterno", ou seja, alguns documentos secretos que possam "colocar em risco a segurança do país" não poderão ser conhecidos pela sociedade brasileira.

Até agora questões referentes aos mortos, desaparecidos e ex-presos políticos (Onde? Quando? Como? Por quem?) não foram respondidas. Por isto, continuaremos exigindo: pela Abertura Ampla, Geral e Irestrita de todos os Arquivos da Ditadura! Pela Vida, Pela Paz, Tortura Nunca Mais!

Diretoria do GTNM/RJ

O GTNM/RJ não é uma ONG, somos um movimento social. No momento, passamos por dificuldades financeiras e corremos o risco de não editarmos o próximo número do jornal. Aceitamos qualquer contribuição em nossa conta: Banco Itaú, Ag. 0389 C/C 77791-3

Expediente

Direção do Grupo

Presidente: Cecília M. B. Coimbra

1º Vice: Victória L. Graboís Olímpio

2º Vice: Elizabeth Silveira e Silva

1º secretário: Joana D'Arc F. Ferraz

2º secretário: Maysa P. Machado

1º tesoureiro: Sebastião A. da Silveira

2º tesoureiro: Flora Abreu Henrique da Costa

Suplentes: Tânia Roque e Vitória Pamplona

Coordenação geral e redação: Ana Miranda, Cecília Coimbra, Jane Q. Nobre de Mello, Joana D'Arc F. Ferraz, Rose Nascimento e Victória Graboís.

Digitação: Zélia Lima

Colaboraram nesta edição: Sérgio Silva, Vera Vital Brasil, Gilberto Molina, Iara Xavier Pereira e Luiz Alberto Sanz.

Edição: Marcelo Cajueiro

Diagramação: Diagrama Comunicações Ltda.

Tel.: (21) 2232-3866 -

marcelocajueiro@marcelocajueiro.com.br

Ilustrações: Carlos Senna

Fotos: Custódio Coimbra

Impressão: Monitor Mercantil

"GTNM" é uma publicação do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, sediado na Rua General Polidoro, 238 - sobreloja Botafogo - Rio de Janeiro

Tel.: (021) 2286-8762 - Fax: (021) 2538-0428

E-mail: gtnm@alternex.com.br

Site: www.torturanuncamais-rj.org.br

Tiragem: 5.000 exemplares

Artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

"Vocês Organizam, Eu Desorganizo"

A trajetória do Prof. Joel Rufino dos Santos dispensa comentários (...). Suas reflexões publicadas na edição de junho/2007 do Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais são uma daquelas lições que conduzem o leitor a mergulhar nas profundezas de um sistema de valores e conduta abominável, cuja manifestação mais doentia é a tortura nas suas variadas formas e que, justamente por isso, carece de maior aprofundamento para, uma vez desentranhadas as suas verdadeiras causas, possa ser definitivamente extirpada da prática prisional brasileira.

Um fraternal abraço pelo importante trabalho que realizam.

Wilson Gomes de Almeida - por e-mail

Comitê Bolivariano de São Paulo

O Comitê Bolivariano de São Paulo vê como algo muito grave a condenação do GTNM/RJ por ter denunciado atos de violência. Esta condenação expressa uma triste verdade: o processo de transição para a democracia ainda está muito longe de ser concluído no nosso país.

Alberto Souza, Coordenador do Comitê Bolivariano de SP - por e-mail

Banalidade do mal hoje

(...) estive na Casa de Ruy [Barbosa] e assisti seu belo filme (...).

Queria de coração te dar parabéns por um trabalho tão lindo. Através dele (...), a gente se dá conta de como o mal se banaliza. A gente se acostuma – por causa da mídia, por causa dos livros de história (...) a pensar 'tortura' como algo longe, ligado à subversão política, anos 70 tão celebrados em folhetins e minisséries. Enfim, como uma coisa distante, diretamente vinculada a um tempo.

Daí vem seu filme, com esse monte de mulheres lindas e guerreiras, pra lembrar que tortura é coisa muito atual. Como diz uma de suas personagens, nesse exato momento tem alguém sendo torturado em alguma cadeia.

(...) Acho que o maior mérito deste teu filme bravo (...) é ligar tempos, mostrar a (triste) continuidade das coisas. Que a prática da tortura não morreu, mas se tornou mais velada, definitivamente incorporada. Eu sempre admirei os filmes sobre as mães e avós da Praça de Maio, e lamentava não encontrar no país um grupo assim engajado. Isso acabou hoje (...).

De Patrícia Silva a Beth Formaggini, diretora de 'Memória para Uso Diário' - por e-mail

GTNM/RJ em Juazeiro do Norte

Por meio da presente informo a V.Sas. do recebimento de exemplares do Jornal nº 61, de junho de 2007, que foram devidamente distribuídos junto aos docentes da Universidade Regional do Cariri – URCA, e que o texto do historiador e escritor Joel Rufino dos Santos, "Vocês organizam, eu Desorganizo", foi objeto de estudo e debate na 8ª Oficina de Direitos Humanos, promovido pelo Espaço da Paz, através de seu Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania. Sentimo-nos muito honrados em continuar recebendo o Jornal (...).

Espaço da Paz 'Sérgio Vieira de Mello' Juazeiro do Norte/CE - por carta.

Comunidade Quilombola da Ilha de Marambaia: Mais de 150 anos de Luta

Rose Nascimento*

Resumimos trechos da entrevista fornecida por **Francine Damasceno Pinheiro****, advogada do Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola e do livro de Fernanda Carneiro e de Cristina Agostinho, "Nativos e Biribandos – Memória de Trancoso" (Petrobrás, 2005), fornecidos pela entrevistada, denunciando a situação da comunidade quilombola da Ilha de Marambaia e suas lutas contra a Marinha do Brasil.

A comunidade quilombola habita a Ilha de Marambaia há mais de 150 anos. A maioria dos moradores compartilha a terra e a pesca, atividades de subsistência, fortalecendo seus laços de parentesco e vizinhanças e suas tradições, mantidas pelos núcleos familiares com quase completa autonomia em relação ao continente. Em 1971, os militares implantaram na ilha uma base de adestramento e o medo passou a ser um personagem da ilha. No Centro de Adestramento os recrutas, sob comando da Marinha, invadiam quintais com seus "exercícios de sobrevivência na selva", aplicavam humilhações e disciplinamento dos costumes, derrubavam casas, expulsando muitos moradores. Em 1988, a Constituição Federal instituiu o termo "remanescentes de quilombo", que passou a ser uma referência atualizada para os negros que têm o sentimento de ser e de pertencer a um lugar e a um grupo específico. Ao tomar conhecimento desse debate, uma década depois, os moradores da Marambaia reconheceram-se como quilombolas. Embora a Constituição garanta, portanto, seu direito ao território comum, a Marinha, ignorando a história e o modo de vida da comunidade, busca "reintegração de posse" em ações individuais (1996-1998) contra os moradores.

Inúmeras formas de constrangimentos são utilizadas contra a população, entre elas o constrangimento velado, o abuso de autoridade e inviabilização do acesso a direitos. Também utilizaram algumas ações individuais de reintegração de posse tentando **individualizar um conflito que é coletivo**. Muitas dessas ações da Marinha foram julgadas procedentes e os quilombolas foram expulsos da ilha pelo Poder Judiciário. No entanto, conseguiu-se reverter esta situação, e consta no pedido do Ministério Público Federal (MPF) na Ação Civil Pública que as famílias expulsas desta forma retornem à Ilha. No dia 9 de agosto de 2007, o Presidente em exercício do Tribunal Regional Federal (TRF) - 2ª Região, **Sérgio Feltrin Corrêa, suspendeu os efeitos da sentença da Ação Civil Pública favorável à comunidade da Ilha da Marambaia (Mangaratiba, RJ)**. O pedido de Suspensão de Segurança da sentença nº 2007.02.01.009858-8 foi feito pela União Federal em 7 de agosto de 2007.



O MPF recorreu da decisão e no dia 06.09.2007, o Tribunal Pleno do TRF manteve a decisão do presidente para que a comunidade quilombola continue aguardando a efetivação dos seus direitos até que este mesmo Tribunal aprecie o Recurso apresentado pela União e diga se a sentença permanecerá como decidida em 1ª Instância ou não.

Na avaliação de Francine houve muitos saldos positivos nesta luta, e ressalta a mobilização comunitária, o resgate da auto-estima e da esperança. Os quilombolas da Marambaia sabem que são os sujeitos do processo de conquista de direitos. Se durante anos viveram acudados, descobriram que podem e devem lutar por seus costumes, suas práticas, suas vidas. Têm orgulho de ser negros e quilombolas e sabem que a existência de sua cultura não é importante só para sua comunidade, mas para toda a sociedade brasileira. Sabem que quando a Marinha constrói um hotel de luxo dentro da senzala de seus ancestrais, está também privando os seus filhos de saberem a verdadeira história desse país. São estas conquistas subjetivas que vêm alimentando a esperança dessa comunidade na vitória e fazendo, principalmente, com que estejam sempre prontos para a resistência e também para a mobilização. **Quando um quilombola conta o que acontece lá dentro é uma grande vitória, pois muitos nasceram e cresceram sob os desmandos da Marinha.** Questionar a legitimidade da Marinha interna e externamente é um ato de coragem.

Para que esta população não seja removida, existe uma articulação de entidades que formaram a **Campanha Marambaia Livre**. Existem muitas iniciativas no sentido de divulgação do conflito, defesa da comunidade e mobilização da mesma. Atualmente a Associação de Moradores da Ilha de Marambaia, assessorados pelo Justiça Global, Mariana Criola e Koinonia, estão preparando uma petição para a Corte Interamericana de Direitos Humanos para denunciar o Estado brasileiro na omissão em demarcar o território e permitir o acesso dos quilombolas aos direitos fundamentais garantidos na CF/88.

Para ler a entrevista na íntegra, acesse o site: www.torturanuncamais-rj.org.br.

* Estudante de Pedagogia da UERJ-FEBF, estagiária do Museu da Vida-FIOCRUZ, moradora de Vigário Geral à época da chacina.

** Francine Damasceno Pinheiro assessora esta comunidade na luta pela defesa jurídica dos seus direitos.

NAS ENTRANHAS DA DITADURA

Serviço Secreto do Itamaraty

O Correio Braziliense publicou em julho último uma série de reportagens sobre como **os diplomatas brasileiros perseguiram opositores da ditadura** por meio de um sistema de inteligência, criado e operado pela cúpula do Ministério das Relações Exteriores. **O Centro de Informações do Exterior (Ciex) funcionou de 1966 a 1985** e se baseava em uma rede de cooperação entre agências de segurança de outros governos, antecipando em uma década a idéia da Operação Condor. A malha de agentes e informantes se estendeu para além da América Latina, alcançando a Europa, a antiga União Soviética e o norte da África.

Em uma pesquisa detalhada nos 8 mil informes que compõem o arquivo secreto do Ciex, o jornal Correio Braziliense encontrou **milhares de registros de fatos que antecederam ou precederam a morte/desaparecimento de 64 brasileiros. São informações de 64 entre os 380 brasileiros mortos ou desaparecidos** durante o regime, descobertas após quatro décadas. Até agora os familiares destes não têm acesso a essa documentação, mas temos cada vez mais certeza de que ainda há muitos arquivos por abrir.

Mídia: o eixo do totalitarismo

Sergio Silva*

Hoje, em boa parte do mundo, especialmente no Brasil, o Estado, o Grande Capital e a Mídia vivem uma orgia permanente. A endogamia beira o desastre biológico. Ninguém mais sabe dizer, exatamente, quem é filho de quem. A farra só é interrompida pelas constantes, estridentes e até violentas brigas que – lamentavelmente ou não – são acontecimentos comuns nessas famílias sem amor. Mas não há briga que possa afastá-las de seus objetivos maiores: cantar a liberdade impiedosa da Mídia sem coração, reverenciar as leis implacáveis do mercado global e louvar a repressão sem limites do Estado.

No meio desse furdúncio, difícil dizer onde surgem histórias como a das rádios livres que atrapalham os pilotos dos já não tão firmes aviões tupiniquins. É verdade que alguém pode arranjar um transmissor de média ou alta potência, instalar-se nas imediações de um aeroporto, transmitir em frequência reservada para as aeronaves, simular ordens de um controlador de voo e encontrar um piloto que não se dê conta de algo estranho no ar e não teste as outras opções de frequência que lhe são dadas. Se tudo isso acontecer, realmente a operação correta do avião poderá ser atrapalhada. Acontece que as rádios livres operam com transmissores de baixa potência, não estão localizadas nas imediações de nenhum aeroporto importante, utilizam a faixa de frequência FM reservada para as emissoras de rádio e não imitam controladores de voo.

Se os funcionários do poder totalitário que assola o país não param de contar essa história é porque não encontraram nada melhor para dizer contra as rádios livres; inclusive porque a alegação de ilegalidade das rádios que funcionam sem autorização do Estado não resiste à leitura do artigo 5 (sobre a danada da liberdade de expres-



Algumas baterias antiaéreas

são) da tão desrespeitada quanto ainda formalmente em vigor Constituição Federal da República do Brasil. Ilegal, inconstitucional, o que não presta é o sistema nacional de telecomunicações, com a sua aparentemente inesgotável tendência à promiscuidade completa e irrestrita entre Mídia, Estado e Grande Capital.

Inesgotável promiscuidade e solidariedade de aço. Um peido fedorento, em uma sala do Palá-

cio do Planalto ou do mais alto edifício da Avenida Paulista ou do melhor hotel da Praia de Ipanema, será imediatamente anunciado como um perfume inebriante, até o mais profundo interior do Piauí (se não resolverem acabar com o Piauí). Promiscuidade e solidariedade ancoradas em muita grana, milhões de negócios variados, de milhares, de milhões, de bilhões, que vão do desengonçado pastor soteropolitano ao bronzeado empreendedor nova-iorquino e formam uma rede que congrega (e impulsiona) os setores econômicos mais importantes do planeta Terra.

As rádios livres não fazem parte desta máquina diabólica. Não aceitam transmitir por concessão do Estado, não trabalham para o Grande Capital e não são Mídia, nem de direito, nem de fato. Mesmo se alguns ou muitos de seus participantes sonham em ser Mídia, mídia alternativa, independente ou seja lá que nome inventarem, rádio livre não é Mídia, é obra dos que dela participam para os que dela participam. Não faz mediação entre as pessoas, não se coloca entre as pessoas, não separa as pessoas.

Esse é o pecado maior, o pecado mais do que trilionário da rádio livre. Por isso, o atual governo faz o que pode para perseguir as rádios livres ainda mais do que os governos anteriores. Por isso, mobiliza todos os poderes constituídos para fechar seus estúdios, tomar seus equipamentos. Isso não tem a ver com avião, tem a ver com o capitalismo totalitário, que tenta dissolver todos os aspectos da vida na Mídia; inclusive – e cada vez mais – o ambiente, a alimentação, o sexo, a forma física, a educação, a saúde, os animais, os direitos humanos, tudo. Mas, felizmente, não somos muito sólidos, talvez não desmanchemos no ar.

* Professor da UNICAMP.

Visite nosso site: www.torturanuncamais-rj.org.br

Nossa página dedicada à Memória tomou, neste número, um caminho um pouco diferente. Caminho que nos leva a refletir sobre as mortes dos familiares de mortos e desaparecidos políticos e suas lutas, que continuam sem respostas por parte dos diferentes governos federais desde o início da chamada Nova República, em 1985. São mães e pais, filhos e filhas, irmãos e irmãs que estão morrendo sem saber o que ocorreu com seus familiares. Nossas saudades, respeito e admiração vão para algumas companheiras que estiveram nesses últimos 30 anos lutando pelo resgate de nossa história.

Maria Helena Molina



“Éramos 5 irmãos na época em que Flavio entrou para a clandestinidade. Os conflitos normais dentro da família, decorrentes das contradições entre a cultura da classe média e o pensamento progressista, tornaram-se pequenos diante das apre-

ensões e aflições que a situação geral oferecia e passaram a ser observados pelos pais sob outra ótica. O tempo fluía e a morte do Flavio se multiplicava em cada notícia verdadeira ou falsa, em cada descoberta, em cada expectativa, em cada decepção. E nossa mãe começou a definir aí, no final da década de 60, e viveu o resto de sua vida focada inicialmente no destino de Flavio, depois na descoberta de seus restos mortais e por fim em sua identificação e sepultamento religioso. As mortes consecutivas do Flavio, traduzidas pela seqüência de informações que podiam variar desde um ofício antigo até um retrocesso ou avanço em processos judiciais, eram a consumação de nossa mãe.

Nosso pai faleceu em 1985, sabendo da existência da vala clandestina de Perus, mas antes de sua abertura em 1990. Perdeu o marido, um apoio, um consolo nos momentos críticos, mas continuou de pé, sustentada pela esperança de um dia ter em mãos os restos mortais de Flavio. Viveu 91 anos e resistiu 40. Cega nos últimos 10 anos, continuou resistindo e aguardando – sempre para breve – a identificação e sepultamento do Flavio. O último golpe ocorreu no início de 2005, poucos meses antes da identificação do Flavio, quando faleceu nossa irmã mais velha. Continuou firme até o sepultamento do Flavio. Pouco depois me disse que gostaria de ficar lá também, junto com o avô, a mãe e o filho. Com sua morte encerrou-se uma geração em nossa família.”

Gilberto Molina

Obs: o sepultamento dos restos mortais de Flavio Molina só foi possível 34 anos após seu assassinato, em outubro de 2005.

Vânia Moniz Oest

“Faleceu em 12 de agosto último, no Rio de Janeiro, aos 69 anos, de problemas cardíacos, Vânia – filha do militante político Lincoln Cordeiro Oest, assassinado pela ditadura.

Conheci Vânia no Natal de 1957, logo após a chegada de meu pai da União Soviética, que fora designado para dirigir o PCB do antigo Estado do Rio de Janeiro. A família Oest nos recebeu com muito carinho em sua casa, no bairro de Icaraí/Niterói e surgiu uma forte amizade entre as famílias Oest e Grabois.

Vânia era uma jovem de personalidade forte que se preparava para casar; sua mãe Erlita dedicava-se ao estudo do piano; sua avó Célia, era doce e meiga e seu pai, Lincoln, exemplo de dignidade.

A casa da Rua Mem de Sá era a embaixada comunista de Niterói, por lá passaram inúmeros militantes internacionais e do nosso país. As tardes de sábado e domingo transformavam-se em badalados saraus: Erlita tocava ao piano músicas de Chiquinha Gonzaga e de compositores brasileiros dos anos 30 e 40, todos cantávamos e dançávamos ao som daquelas músicas e degustávamos as inigualáveis iguarias feitas pela vovó Célia.

Esse convívio solidário e alegre foi abruptamente ceifado pelo golpe de 1º de abril de 1964. Só fui encontrar Vânia após a promulgação da Anistia, uma mulher sofrida com a perda do pai, assassinado pelos militares em 1972; com o precário estado de saúde da mãe; com dois casamentos desfeitos e quatro filhos, ainda adolescentes, para educar.

A homenagem do GTNM/RJ à nossa inesquecível companheira.”

Victória Grabois

Glória Viana, uma batalhadora pela Anistia

“No dia 1º de agosto próximo passado faleceu em Belo Horizonte, aos 90 anos, Dona Maria da Glória Amorim Viana, mãe de Gilney Viana (preso político durante quase dez anos pela ditadura militar) e militante do movimento pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita.

Dona Glória era uma pessoa simples e combativa; nunca se intimidou diante dos tribunais militares, dos carcereiros e defendia não apenas o seu filho, mas a todos os presos políticos. Era solidária e, apesar de suas limitações financeiras, não deixava de visitar regularmente o filho e de ajudar o coletivo dos presos políticos.

Dona Glória foi uma das pioneiras na luta pela Anistia. Em agosto de 1972, ela e outras mães e esposas dos presos políticos de Linha-

res (Juiz de Fora/MG) solicitaram audiência com o General Garrastazu Médici e foram até o hotel em que ele se hospedara em Belo Horizonte. Não conseguindo falar com ele, entregou o documento a um dos seus ajudantes de ordem. Assim dizia a carta, de 15/08/72: “Senhor Presidente, não permita que as luzes das comemorações de 7 de setembro de 1972 se apaguem, vendo morrer em nós, mães, nossas últimas esperanças: Anistia para nossos filhos.”

Este e outros episódios da vida e da luta da Dona Glória estão relatados no livro “Glória, mãe de preso político”, escrito por Gilney Viana (Ed. Paz e Terra, 2000), que revela como uma pessoa de origem conservadora assumiu a luta política pela Anistia, a partir da sua relação afetiva com o filho preso. Valeu a pena, Dona Glória!”

Iara Xavier Pereira

Hilda Machado - Cineasta

“A professora, pesquisadora, historiadora e cineasta Hilda Machado, amiga querida e companheira nas lutas contra a mesmice e estagnação acadêmicas, suicidou-se em São Paulo em setembro último. Ato inesperado, súbito, pelo menos para mim que acompanhava seus últimos projetos, em particular sobre a obra do crítico e “arquivista de sombras” José Sanz. Ainda mais surpreendente quando noto que atualizou seu currículo Lattes, essa manifestação horrorosa da mentalidade burocrática, em junho passado.

Hilda era membro do fórum Fundamentos Cênicos, de que também faço parte, e simpatizante libertária.

Formou-se em uma das primeiras turmas do Curso de Comunicação Social (habilitação Cinema) da UFF, em 1975; fez mestrado em Artes na USP e doutorado em História Social na UFRJ.

Era professora adjunta do Departamento de Cinema e Vídeo da mesma UFF em que se formara.

Deixa uma falta enorme nos corações de quem a conhecia, pois era notável como amiga e também como inimiga.

Com muita dor e sentimento de perda,”

Luiz Alberto Sanz

Obs: Hilda foi companheira de Merival Araújo, militante da ALN (Ação Libertadora Nacional), assassinado sob torturas pela ditadura brasileira em 14 de maio de 1973, aos 24 anos de idade.

Neoliberalismo promove a obsolescência

“Ao produzir incessantemente o novo e descartar o velho, o mercado também cria um exército de restos que apontam para o passado, como se exigissem uma restituição do que se perdeu...”

A lógica do mercado tende a fazer do passado, então, uma tábua rasa, mas nunca o realiza de todo, pois sempre sobra esse rastro intraduzível, imetáforizável”

(Avelar, Idelber. Alegorias da Derrota, MG: UFMG, 2003: 238)

Nos últimos meses, presenciamos os mais cruéis atentados contra a vida e a pessoa já existentes no Rio de Janeiro. A cada violência segue-se outra ainda mais cruel, tornando a violência anterior obsoleta e diminuta em comparação com a outra mais nova e mais requintada. Foram tantos assassinatos, tantas invasões nos últimos meses, que fica quase inútil descrevê-los. Mas, devemos descrevê-los, como denúncia, como luta. Então, as **mortes do Complexo do Alemão**, em decorrência da “necessidade de limpeza da cidade para o PAN”, obscureceram-se diante das mortes do **Complexo do Lins**, que envelheceram ante às da **Favela do Muquição**, que seguiram-se às da **Cidade Alta**, da **Chatuba**, de **Santa Cruz** e do **Fumacê** e outras que diariamente são estampadas nos jornais.

O argumento do Estado para a invasão nestes locais e para a violência sobre os moradores é que vivemos uma “guerra” contra o tráfico de drogas e o crime organizado. É importante que pensemos nas questões que estão implícitas neste argumento. A noção de que vivemos em “guerra” nos diz bastante.

Guerra é um estado de exceção, nele vale tudo. Mas a guerra não está generalizada por toda a cidade e nem é contra todos os seus habitantes. São violências dirigidas especialmente para um grupo na sociedade, aqueles que estão à margem do sistema produtivo, os subempregados, os desempregados, os pobres. Estas pessoas, pelas suas condições sócio-econômicas, também moram nos espaços que “sobram” da cidade, nos espaços rejeitados pelos donos do capital, nos morros, nas favelas, nos “conglomerados subnormais”, como foram denominados pelo poder público. **Em nome da paz, da ordem, vale tudo**, pode-se invadir a favela com armas em punho, invadir as casas, revistar mochilas de crianças pequenas, executar indivíduos, torturar, atirar indiscriminadamente.

O Estado punitivo penaliza os que precisam ficar longe das benesses do capital, penaliza a

pobreza, mas penaliza também os que lutam contra este estado de coisas. É neste contexto que podemos interpretar o processo por violação ao direito autoral dirigido contra as pessoas que criaram e/ou usaram a camisa com o desenho do Cauê, símbolo do PAN, com um fuzil na mão. Inúmeros símbolos oficiais são usados e recriados indiscriminadamente, tais como modelos que usam biquínis com o símbolo da bandeira do Brasil. No entanto, não se in-



Fotos Custódio Coimbra

diciam os seus autores por violação a nenhum direito.

O modelo neoliberal reafirma a lógica do lucro e transforma tudo em mercadoria. A violência é uma mercadoria a ser consumida. Não se discute a origem das armas utilizadas pelos bandidos e nem das drogas vendidas nas favelas. Trata-se da violência como algo natural da favela. O jornal O Globo, do dia 05/08/2007, revelou que “uma em quatro armas em posse dos bandidos é da polícia. Segundo o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito de 2006 (CPI) sobre Organizações Criminosas do Tráfico de Armas, divulgado no Congresso Nacional. A conclusão mais surpreendente foi a constatação de que 18% das armas rastreadas foram originalmente vendidas ao Estado, especialmente às forças de segurança pública (políci-

as Militar, Civil e Federal), às Forças Armadas e aos demais órgãos públicos.” De acordo com a reportagem, o BOPE (Batalhão de Operações Especiais) também tem envolvimento com o tráfico de armas.

No mesmo caminho, a informação sobre violência também opera na lógica da mercadoria. Produz na sociedade a necessidade do conhecimento sobre o medo que é produzido, como se a informação sobre o medo nos protegesse de futuros infortúnios. Quem não deseja conhecer o seu medo? A série de reportagens do jornal O Globo, nos dois últimos meses, intitulada “A Ditadura nas Favelas”, busca relacionar a ditadura militar com uma possível “ditadura do tráfico”, que tem seu *locus* nas favelas hoje. A despeito das análises interessantes de pessoas sensíveis à questão da violência nas

favelas, que estas reportagens trouxeram, o encaminhamento das notícias e dos editoriais nos leva a crer que o tráfico de drogas está na favela e que ele reproduz a ditadura. Uma outra ditadura, não mais gerida pelas mãos dos militares, mas dos traficantes, das milícias e de alguns policiais, e que é necessário que o Estado combata esta nova ditadura. Porém, há alguns perigos em análises como essas.

O **primeiro perigo**, a ditadura no Brasil, que sequer foi devidamente assumida pelo Estado e trabalhada na memória da sociedade, pois ainda não conseguimos nem mesmo a abertura dos arquivos secretos, e nem a finalização do julgamento de nenhum torturador, é jogada para debaixo do tapete da história e ressignificada pelos meios de comunicação. O uso indevido do conceito colabora para a dimensão do esquecimento dos efeitos nefastos que a ditadura provocou e aniquila a sua verdadeira intenção, que foi um projeto político deliberado de acumulação de capital exercido pelo Estado brasileiro.

O **segundo** é a própria expansão do conceito de ditadura para a sociedade civil. Ditadura é uma ação política autoritária do Estado contra a sociedade, é a ausência de todos os tipos de manifestação política, é o Estado promovendo a completa violação de todos os direitos, é um estado de exceção. O que ocorre nas favelas é a ação repressora do Estado aliada à conivência e à cumplicidade entre bandidos e policiais. Esta ação é fortalecida pela au-

...cia da violência, mas deixa um rastro...

Joana D'Arc Fernandes Ferraz*

sência de uma ordem capaz de instituir a idéia de público, capaz de incentivar a participação dos moradores junto aos interesses do Estado, capaz de fazer valer, no sentido estrito, o conceito de cidadania. **Isso é muito diferente de ditadura.**

Terceiro, o termo ditadura também nos leva ao desejo de pôr fim a este “estado de exceção” pela ação violenta e interventora de alguém que se coloque acima da desordem, como um poder paralelo. O que pode nos permitir justificar as invasões violentas dos policiais nas favelas.

De acordo com Delei de Acari, o que a série de reportagens também não se lembra de dizer é que “O tráfico de drogas, como ele se apresenta hoje, é produto da ditadura militar e do capitalismo neoliberal que essa mesma ditadura militar permitiu desenvolver. Nem 10% do dinheiro arrecadado fica dentro da favela ou lá nos altiplanos andinos. **90% do dinheiro da droga fica no asfalto.**”

Então, não se trata de ditadura nas favelas, mas da justificativa para a produção de um tipo específico de violência, a criminalização da pobreza. A saída apresentada pelo governo federal é a criação de um novo Plano de Segurança Nacional, que une repressão e políticas sociais, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI. Orçado em 6,7 bilhões de reais, terá apoio conjunto de 14 ministérios, órgãos estaduais, ONGS e entidades internacionais. A proposta deste programa é primeiramente a “tomada pacífica do território, com mobilização comunitária, mas somente quando for possível... caso a situação no território seja incontrolável, como favelas dominadas por traficantes, inverte-se o processo. Ou seja, primeiro chega a polícia, depois os agentes comunitários.” (Revista Carta Capital, 15/08/2007, pp. 36-37)

Não obstante a “boa intenção” do governo federal de solucionar a questão da violência no Rio de Janeiro, a ação violenta da força policial nas favelas é tão velha quanto a própria existência destas. Uma política de segurança pública que tem como pressuposto a violência oficializada por lei, com apoio de diferentes setores da sociedade, deve ser motivo de grandes preocupações.

Como Julita Lemgruber, Leonarda Musumeci e Ignacio Cano, em *Quem Vigia os Vigias?* (Record, 2003:54) assinalam, o Estado brasileiro jamais renunciou a nenhuma das ‘conquistas’ – desde o cassetete de borracha, passando pelo ‘pau-de-arara’, até a bateria para choques elétricos – no que diz respeito à legalidade da

Vigário Geral 14 anos após o massacre

Rose Nascimento*

O dia 29 de agosto de 2007 marcou os 14 anos da chacina que abalou o mundo e, principalmente, a vida das pessoas ligadas direta ou indiretamente aos atingidos. A chacina foi uma retaliação a um grupo de traficantes que assassinaram quatro policiais que, dias antes, haviam rompido um pacto de suborno. Um grupo de policiais, conhecido como “cavalos corredores”, exterminou 21 pessoas dentro e fora da favela.

Os traumas vividos naquela noite sangrenta nunca foram superados pelos moradores; são dores e saudades que nunca irão ser preenchidas. As famílias, os amigos, os vizinhos, sabem como é difícil conviver com essas faltas, que aumentam a cada dia pela repressão policial e a ‘guerra’ entre as facções. A imprensa, na maioria das vezes, nem chega a publicar tais notícias, visto estarem relacionadas com o grau de crueldade do crime ou com a quantidade de vítimas. Quando estes crimes fogem a isso, tornam-se apenas parte da estatística: é a total banalização da violência.

Infelizmente, a estatística tem endereço, raça e classe social, isto é, todos os casos de arbitrariedade, de execução, de excessos da força policial. As **torturas viraram rotina** nas favelas, onde os atingidos são, em sua grande maioria, pobres, jovens e negros. É esta ideologia eugenista que impõe a **criminalização das classes populares.**

Relembramos ainda a Chacina de Acari em 30 de julho de 1990, a da Candelária, em 23 de julho de 1993, entre inúmeras outras que ocorreram em nosso estado e que foram ‘esquecidas’ no nosso cotidiano. Fatos ocorridos com a pobreza, com os ‘não humanos’, os ‘condenados da terra’, estão entre os

resquícios de uma sociedade escravista, na qual naturaliza-se a violência contra negros e pobres.

Vigário Geral, ao longo desses 14 anos, foi alvo de muitos interesses políticos, pessoais, movimentos em prol da comunidade, ONGs, que tinham como objetivo inicial fortalecer a luta pela igualdade de direitos. Com o tempo, tornaram-se simplesmente discursos dogmáticos, legalizados com o propósito de dar satisfação à sociedade e maquiagem o caos.



A situação da favela de Vigário Geral é hoje muito complexa, pois aumenta a cada dia, de forma sistemática e exacerbada, a repressão policial. A ‘guerra do tráfico’, que desde junho de 2007 mantém a favela sob o domínio de uma facção rival, coloca esses moradores – tão marcados pela tragédia – reféns do medo, sem direito à dignidade e à vida.

“Eu já vi lágrimas demais,
o bastante pra um filme de guerra!”

Racionais Mc's

* Estudante de Pedagogia da UERJ-FEBF, estagiária do Museu da Vida/FIOCRUZ, moradora de Vigário Geral à época da chacina

violência dos regimes autoritários. Nos governos de exceção propriamente ditos, tal violência se estende aos opositores políticos de todos os estratos da sociedade; nos períodos ‘normais’, ela permanece apontada contra seus alvos de sempre: os pobres, os negros.

A produção destas violências, no entanto, gera um conjunto de rastros que, na contra-cor-

rente do poder do capital, produzem memórias constantemente relidas pelos grupos envolvidos, nas lutas diárias dos movimentos sociais, que cobram do poder público uma resposta a essas ações, no rastro do “intraduzível e do imetáforizável”.

* Doutora em Ciências Sociais, professora da UNIRIO.

Violência no campo 1

Segundo o último balanço da Comissão Pastoral da Terra (CPT) **os conflitos agrários nos últimos dez anos aumentaram**: em 1997 foram 658 e no ano passado 1.212. Desde 1985 foram mortos 1.465 trabalhadores, mas somente 20 mandantes e 71 executores foram condenados (dados do jornal O Globo de 22/06/07).

Não foi possível contabilizar casos de chacinas no interior da floresta, na expansão da fronteira agrícola, quando trabalhadores são assassinados e jogados no rio.

Um caso emblemático de impunidade é o da família Canuto: o pai, João Canuto, foi assassinado em 1985 e seus dois filhos, José e Paulo, em 1991.

Em 2003, a Justiça condenou os dois mandantes do crime contra João Canuto, que aguardaram o recurso em liberdade. Quando saiu a decisão definitiva os dois já estavam livres.



Violência no campo 2

No último dia 2 de agosto, sete camburões da Polícia Militar de São Paulo, com aproximadamente 15 homens fortemente armados e sem qualquer mandado policial, invadiram o Acampamento Camponesa (Fazenda Candelária) para desalojar 35 famílias que ocupavam o local.

Os policiais ameaçaram jogar bombas de gás de efeito moral para pressionar os acampados a saírem da área ocupada. Os mesmos policiais também destruíram os barracos dos trabalhadores sem-terra. A proprietária da fazenda acompanhou de longe a ação de despejo, com dois policiais que a protegiam.

Turma Médici da AMAN em 2007!

Ancelmo Gois tocou no assunto; mesmo assim era difícil acreditar. O jornal "A Voz da Cidade" de 21 de agosto, de Resende, assim cita a formatura dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras: "Os 392 cadetes da turma General Emílio Garrastazu Médici receberam (...) o Espadim de Caxias, que oficializa o título de cadetes após o primeiro ano de curso na AMAN."

Perguntamos: como esses jovens oficiais foram escolher tal patrono? **O que lhes foi ensinado nos bancos da AMAN?** Contaram a eles que o clima na época do General Médici (1970-74) era sufocante, que a censura estava a todo vapor, que milhares de

pessoas no Brasil eram presas e torturadas – ou simplesmente sumiam – e que ele declarava aos jornais: "não há tortura no Brasil"?

Do que certamente não precisamos hoje é de uma homenagem a um ditador brasileiro que foi, além de sanguinário, um hipócrita.

Agruras de Vila Amélia, em Nova Friburgo

A partir de um estudo realizado pelo Prof. Marcelo Castañeda, do Núcleo de Pesquisas e Projetos Sociais da Faculdade Santa Dorotéia/NF, foi realizada uma visita de inspeção, em junho último, à carceragem de Vila Amélia (151ª DP) por quatro entidades de direitos humanos (Laboratório de Análise da Violência/UERJ; ARP - Associação pela Reforma Prisional; Justiça Global; Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, Comissões de Direitos Humanos da OAB/RJ e de Friburgo), que gerou um relatório sobre as degradantes condições em que lá vivem hoje os presos (ver www.torturanuncamais-rj.org.br).

Em reunião aberta à sociedade no Sindicato dos Bancários daquela cidade, o relatório foi apresentado pelo Professor Ignacio Cano (UERJ) e debatido pelo delegado responsável pela carceragem, por representante da Prefeitura de Nova Friburgo, pelo Comandante da PM local, por advogados e pelas instituições de direitos humanos, entre outros que compareceram.

Por iniciativa da Comissão de DH de Friburgo foi enviado um abaixo-assinado para o Governador do Estado do Rio de Janeiro, para o Secretário de Segurança Pública e para o Secretário de Administração Penitenciária relatando a grave situação e reivindicando medidas urgentes que garantam condições mínimas de dignidade aos presos da carceragem de Vila Amélia.

As quatro entidades resolveram encaminhar o Relatório – com as devidas recomendações – **a organismos nacionais**, como o DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, **bem como a organismos internacionais**: a Relatoria de Pessoas Privadas de Liberdade da Comissão Interamericana da OEA e a Relatoria Especial de Torturas e Tratamentos Cruéis e Degradantes da ONU.

O GTNM RJ já obteve algum êxito com estas ações conjuntas, como nos casos da POLINTER/Rio e no da 76ª DP/Niterói.

Coronel do Massacre do Carandiru homenageado na Câmara SP

Policia Militar aposentado será 'agraciado' com título de cidadão paulistano: ele comandou o 3º Batalhão da Tropa de Choque no dia em que 111 foram mortos no Presídio do Carandiru.

O coronel aposentado da Polícia Militar Luiz Nakaharada é um dos policiais militares denunciados pelo Ministério Público pela morte de 111 presos em 2 de outubro de 1992, no episódio que ficou conhecido como 'Massacre do Carandiru' (...).

Com homenagens como esta, a Câmara Municipal de SP certamente não contribui para acabar com os massacres/extermínio de presos sob sua tutela, contrariando todas as normas de direito nacionais e internacionais. Quem sabe, assim, o Brasil não chega a ser líder deste campeonato?

Revista britânica: polícia do Rio é "incompetente" e "brutal"

A polícia estadual do Rio de Janeiro é 'pelo menos metade do problema' da violência que atinge as favelas da capital, afirmou em fins de agosto a revista britânica 'The Economist'.

"Além de incompetente, a polícia do Rio está entre as mais brutais do mundo", assevera o artigo, que cita o aumento de 250%, em relação a 2002, do número de mortes causadas pela polícia no Estado do Rio. Segundo a revista, muitos problemas de segurança da cidade são explicados pela incompetência de diversos governos. Anos de prostração oficial, ineficiência e corrupção deslavada envenenaram lentamente o cumprimento da lei na cidade (...). E ainda: vários dos policiais corruptos afastados conseguem na Justiça o direito de voltar ao trabalho".

Outro problema indicado pela reportagem é a preferência dos eleitores cariocas por "líderes populistas, que distribuíram os altos cargos de segurança para amigos", enquanto a polícia do Estado é a segunda pior remunerada do país.

(Fonte: www1.folha.uol.com.br, em 2 ago 2007)



CIA mostra seus esqueletos: assassinatos e espionagem interna

Os papéis contêm detalhes das artimanhas cometidas pela CIA - Agência Central de Inteligência americana: tentativa de assassinatos de importantes mandatários estrangeiros, tais como Fidel Castro, Patrice Lumumba, Rafael Trujillo, sendo que cerca de 10 mil americanos foram espionados pela Agência.

Nos documentos encontramos nomes importantes da política norte-americana: senadores, Conselheiro de Segurança Nacional da Casa Branca e outros. Escutas telefônicas grampeando vários jornalistas e cartas trocadas entre pessoas da União Soviética, China e EUA são alguns fatos. Convém destacar a denúncia de que Robert Kennedy teria cuidado pessoalmente do possível assassinato de Fidel Castro.

O Senador Richard Helms afirmou 'que essas histórias são apenas a ponta do iceberg e que muito sangue vai jorrar' quando liberarem os documentos da CIA (publicado em 'O Globo', de 23/09/2007).

30 de agosto: Dia do Desaparecido Político da América Latina

No dia dedicado ao Desaparecido Político a FEDEFAM - Federação Latino-americana de Associações de Presos Desaparecidos divulgou nota com 10 itens, com reivindicações no sentido de fortalecer a vigência de uma série de medidas para terminar, no continente, com esse fenômeno, assim como responder pela localização dos restos mortais de seus parentes e as circunstâncias dessas mortes. Alguns desses itens são:



I – Ratificação sem demora e sem reservas da Convenção de Proteção de todos os Desaparecimentos Forçados da ONU.

II – Abertura e preservação de todos os arquivos dos ex-centros clandestinos de prisão e extermínio e dos cemitérios clandestinos para a preservação da memória, e entrega dos restos mortais das vítimas às suas famílias.

III – Pleno apoio às Comissões da Verdade e outras iniciativas de busca e informação dos desaparecimentos forçados.

(Ler todos os itens em www.torturanuncamais-rj.org.br)

Doação de jornais do GTNM/RJ

O professor e militante do GTNM/RJ Sérgio Silva doou ao Arquivo Edgard Leuenroth, do Centro de Pesquisa e Documentação Social - IFCH/UNICAMP, a coleção completa do jornal do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, desde seu primeiro exemplar, publicado em janeiro de 1986. A coleção está disponível para consultas sobre a história recente do nosso país.

Audiência Pública:

Abertura dos arquivos da ditadura

Em 21 de agosto houve a Audiência Pública “Direito à Informação e a Abertura dos Arquivos da Ditadura Militar” na Câmara Municipal de São Paulo, em mais uma tentativa de organizações de direitos humanos e familiares de atingidos pela ditadura para que o Governo Federal abra TODOS os arquivos da ditadura militar brasileira (1964-1985). Em decreto de

dezembro de 2002, o então presidente Fernando Henrique Cardoso instituiu a figura do “sigilo eterno” para documentos considerados ‘secrets e ultra-secrets’: prazos renováveis indefinidamente, conforme critério de autoridades. O presidente Lula da Silva manteve a determinação através de MP de dezembro de 2004 e da lei 11.111, de maio de 2005. **Na lei 11.111, o acesso aos documentos considerados “ultra-secrets” fica impedido por 30 anos, que são renováveis “pelo tempo que estipular”** uma Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, composta por seis ministros, o advogado-geral da União e o Secretário Especial de Direitos Humanos, e nenhum representante da sociedade.

“A violação do direito à verdade e à memória produz a tolerância de grande parte da sociedade a crimes graves como a corrupção, o aumento da violência e da tortura, assim como a alienação dos meios de comunicação e das instituições da Justiça brasileira”, diz o documento entregue ao ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de DH da Presidência.

(Fonte: ADITAL – Agência de Informações Frei Tito para a América Latina).

Em São Paulo pode, no Rio porque não?

Foi reaberto prazo de 90 dias - após quase cinco anos e com a Comissão em plena atividade – **para os ex-presos políticos no Estado de São Paulo** durante a ditadura militar (o primeiro prazo terminou em novembro de 2002). Às/aos que têm direito e ainda não entraram com requerimento, **recomenda-se que o enviem logo**, mesmo que ainda não tenham conseguido provas documentais, para garantir que entrem em pauta. Este ano o Estado de SP irá pagar 230 requerentes que já tiveram seus processos deferidos.

Fundada no Rio a Casa da América Latina

Foi um sucesso a fundação da CASA DA AMÉRICA LATINA no último dia 31 de agosto, na SEAERJ (Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do RJ): mais de 350 pessoas passaram pelo evento.

‘A expressão política do ato demonstrou a atualidade e a necessidade da criação da entidade de solidariedade latino-americana, justamente no momento em que avançam na região várias experiências de mudanças progressistas e de enfrentamento ao imperialismo’, registra a nota de fundação.

Solidariedade aos companheiros de Santa Elina

Desde o último dia 9 de agosto, 60 camponeses, organizados pelo CODEVISE (Comitê de Defesa das Vítimas de Santa Elina) estão acampados em Brasília, em frente ao Congresso Nacional, com o objetivo de sensibilizar o governo e os parlamentares quanto aos seus direitos decorrentes do ataque que sofreram, em 1995.

Doze anos se passaram desde o bárbaro **Massacre de Corumbiara, na fazenda Santa Elina (09/08/1995), que deixou 19 mortos**, entre eles uma menina de sete anos de idade, e **centenas de feridos**, a bala, por espancamento e em consequência das cruéis torturas a que foram submetidos.

Solicitamos que enviem **mensagens de solidariedade e apoio à luta das famílias de Santa Elina** para:

1. Presidência da República - Secretaria Geral: sg@planalto.gov.br.
2. Secretaria Especial de Direitos Humanos - Ministro Paulo Vannuchi: agenda@sedh.gov.br.
3. Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados - Presidente: Deputado Luiz Couto - cdh@camara.gov.br.

Enviar cópia para: codevise95@yahoo.com.br (Comitê de Defesa das Vítimas de Santa Elina).

Câmara Municipal RJ realiza homenagem

Sessão solene, realizada em 28 de agosto último, na Câmara de Vereadores do Rio homenageou *post-mortem* alguns dos **atingidos pela violência dos atentados terroristas de 1980**: o ex-vereador **Antônio Carlos de Carvalho; José Ribamar**,

tio e assessor de Tônico, mutilado pela explosão de uma carta bomba; **D. Lyda Monteiro**, morta por uma carta bomba endereçada ao presidente da OAB/RJ, de quem era secretária. Foram, também, homenageadas as entidades **OAB e ABI e ainda funcionários da Câmara Municipal atingidos pelo atentado.**



Projeto de livro de memórias

Um dos grupos de amigos de 68 resolveu colocar em marcha projeto de livro e já começou a recolher textos. O livro será composto de relatos pessoais daqueles que participaram da luta contra a ditadura, de 64 até a abertura política, em qualquer situação, no Brasil ou no exílio. Seu foco serão as experiências, entre-meadas de breves contextualizações históricas. Os depoimentos devem ter de **2 a 6 laudas**. Encomenda e recolhimento das contribuições até **30/09/2007**. Enviar material digitado em Word para o endereço: eliete@centroin.com.br.

“Heleny, Heleny doce colibri”



Espectáculo musical em cartaz em São Paulo, conta a trajetória de Heleny Guariba no teatro e na política, desaparecida nos porões da ditadura militar. Tinha então 30 anos e era mãe de dois meninos. Mulher de teatro, talentosa diretora, formada em Filosofia pela USP, foi

fundadora do GTC - Grupo Teatro da Cidade de Santo André e do Curso de Interpretação Teatral do extinto *Teatro de Arena de São Paulo* no final da década de 60.

Foi uma intelectual preocupada com o mundo político e, sobretudo, com o resgate da liberdade de expressão. Como escreveu Frei Betto, era “de jeito alegre e cativante, pequena, arisca, bonita (...) beleza (...) enraizada no espírito ágil que lhe conservava, no corpo, o jeito de menina” (*Batismo de Sangue*, 2000).

Heleny filiou-se à VPR - Vanguarda Popular Revolucionária – um dos grupos que lutaram contra a ditadura. Foi presa várias vezes. Em 1971, na sua última prisão no Rio Janeiro, foi torturada e assassinada na clandestina ‘Casa da Morte’, em Petrópolis. Até hoje seu corpo não foi encontrado.

Esta é uma homenagem do *Núcleo 184* a todos aqueles que lutam e lutaram pelo país, ao Teatro de Arena de São Paulo e à jovem diretora assassinada Heleny Guariba: **“seu corpo, vamos buscar e encontrar”**. Foi dado seu nome ao **Centro Cultural Heleny Guariba, em Diadema, SP**.

A peça emociona sem cair no melodrama. Toca na ferida ainda aberta dos anos de escuridão e lança a impertinente pergunta: **“já não passou da hora de todos os arquivos do governo militar serem abertos?”**

Texto e Direção: Dulce Muniz
Músicas: Wanderley Martins



“Memória para uso diário” no FestRio

O filme sobre a trajetória do GTNM/RJ foi exibido no Cinema Odeon no domingo, 23 de setembro. A sessão das 12h foi aberta ao público que pôde votar (júri popular). Às 14h houve debate no Centro Cultural da Justiça Federal, com a cineasta, personagens e membros da equipe do filme e do GTNM/RJ. Na segunda, dia 24, houve sessão no Estação Botafogo às 18h.

O filme tem como base a história de Ivanilda, uma brasileira que busca provas de que seu marido, desaparecido desde 1975, foi preso pelo governo brasileiro. Acompanhando os seus passos, o filme mostra a realidade de outros brasileiros que lutam para esclarecer as mortes e desaparecimentos de seus familiares, atingidos pelas torturas de ontem e de hoje.

O DVD do filme já se encontra à venda pelo telefone (21) 2286 8762, com Zélia, no Grupo Tortura Nunca Mais/RJ.

Sobre o filme escreveu Eduardo Passos*

“O GTNM/RJ tem agora um filme que documenta a sua luta, que dá a imagem de seu movimento.

(...) O filme faz o gesto da abertura dos arquivos, nos indicando que não basta abri-los, sendo ainda preciso completar a tarefa contando uma outra história. (...)

O cine documentário não está no tempo passado, não tem a nostalgia do vivido. Ele está nes-

te *tempo da invenção que é o tempo do porvir*. No documentário filmamos o futuro, ou melhor, *filmamos no horizonte do futuro*.

Fala-se de memória enquanto uso. Está se indicando que há um sentido pragmático da memória. Daí as perguntas: para quem serve a memória? Para quem serve esta memória? O GTNM/RJ desde 1985 tem feito estas perguntas, indicando que há uma luta a ser travada no campo da memória (...).

O filme *Memória para uso diário* foi editado como uma trança (...). Vários fios da vida foram sendo tecidos (...) – tantos fios de vida ligados por um plano comum que é tanto o plano da edição do filme, quanto o plano do movimento Tortura Nunca Mais. **Compor este plano comum, dar consistência a ele é um trabalho de militância. Nossa militância é a da aposta no comum, é a luta pelo comum.** Temos, portanto, neste filme as imagens-movimento de **uma aposta política**, sabendo agora que há muitas maneiras de militar e que Beth Formaggini afirmou conosco a sua.

* Psicólogo do Projeto Clínico-Jurídico TNM/RJ (texto completo em www.torturanuncamais-rj.org.br)



“Encontro com Milton Santos ou O Mundo Global visto do lado de cá”

Documentário realizado pelo diretor Silvio Tandler (2001), ganhou o prêmio de melhor filme pelo júri popular no Festival de Brasília de 2006.

A entrevista realizada dia 4 de janeiro de 2001 foi a última concedida pelo professor Milton Santos, (...). O geógrafo se foi em junho de 2001, mas seus pensamentos ficam. Seu ideário político e cultural inspiram o debate sobre a sociedade brasileira e a construção de um novo mundo. Seu depoimento é um verdadeiro testemunho, uma lição de que o mundo pode ser melhor. A partir da Geografia Milton Santos realiza uma leitura do mundo contemporâneo que revela as diversas faces do fenômeno da globalização. E na evidência das contradições e dos paradoxos (...) enxerga as possibilidades de construção de uma outra realidade (www.caliban.com.br).

É com orgulho que lembramos que **Milton Santos foi agraciado com a Medalha Chico Mendes de Resistência - do GTNM RJ - em 1999**. Ver nossa homenagem a Milton Santos em www.torturanuncamais-rj.org.br.

ARGENTINA:

“Agora sabemos como e quando morreram”

Esta frase foi recentemente ouvida em um ato público no prédio do Olimpo, onde funcionou um campo de concentração, em Buenos Aires. A **Equipe Argentina de Antropologia Forense identificou nove desaparecidos** que foram vistos com vida, pela última vez, no Centro Clandestino de Olimpo. Eles foram vítimas dos “vôos da morte”, em 1978, em que militantes eram jogados ao mar. Seus corpos apareceram na costa e nesta ocasião foram enterrados como NN (OS SEM NOME) e dispersos em vários cemitérios municipais.

“Antes tarde do que nunca”

No dia 18 de outubro começará o primeiro julgamento – depois da anulação das leis de “Punto Final” e da “Obediência Devida”, que impediam o julgamento dos responsáveis pelas torturas e desaparecimentos na Argentina – de um notório torturador da Escola da Mecânica da Armada, ESMA, que funcionou como campo de concentração na ditadura militar. Héctor Febres, um funcionário da prefeitura naval, além de ser um dos mais violentos, era o responsável pelos enxovais dos recém nascidos, filhos de desaparecidos políticos, que foram seqüestrados e apropriados pelos militares.

Febres, conhecido como ‘Selva’, deverá responder junto ao Tribunal Oral Federal 5, que reúne os expedientes relacionados à ESMA e o Primeiro Corpo do Exército, por quatro casos de seqüestro e tor-

tura, e em seu julgamento serão ouvidas mais de 60 testemunhas. Este tribunal, no ano de 2006, condenou o também notório repressor, Julio Simon, conhecido como “O Turco Julián”.

Várias testemunhas declararam ao “Página 12”, que haviam denunciado há 20 anos atrás as atrocidades de Febres, lamentando os obstáculos que foram colocados para o julgamento, já que apenas em 2007 este torturador será julgado.

DESAPARECIDO CON VIDA YA DE
JULIO LÓPEZ!



Desaparecido há 1 ano

A Organização Mundial contra a Tortura (OMCT) manifesta novamente sua extrema preocupação com a integridade pessoal do Sr. Jorge Julio López, ex-presos político e que continua desaparecido desde o dia 18 de setembro de 2006.

Jorge Julio é testemunha-chave no processo **contra o ex-policial e ex-diretor geral de investigações de Buenos Aires** Miguel Etchecolatz, acusado de delitos de lesa humanidade cometidos durante o último governo militar argentino (1976-83).

URUGUAI



Avançando na anulação da Lei da Impunidade

No dia 4 de setembro foi lançada uma campanha nacional para levar a plebiscito a anulação da lei de anistia uruguaia, chamada Lei de “Caducidad”, mais conhecida como **Lei da Impunidade**. Esta lei, que protegeu os responsáveis pelas torturas e desaparecimentos durante a ditadura vigente de 1973 a 1985, foi aprovada em 1986. Três anos depois, ainda sob o regime do medo e da intimidação dos militares, foi realizado um plebiscito que a confirmou.

Recentemente foi criada uma coordenação, constituída por organizações sociais e personalidades, que lançou **campanha** de coleta de assinaturas para que, através de um plebiscito, o povo uruguaio, possa **anular a lei**.

A iniciativa de anulação, ou seja, a de declarar por mandato de direito a inexistência da lei, se apóia no fato de que ela contém vícios que a invalidam do ponto de vista jurídico. A Lei de Caducidad contraria normas constitucionais e do direito internacional e admite, em seu próprio texto, a pressão que exerceram os militares durante os anos posteriores à ditadura. Segundo juristas, este fato pode gerar direito e invalida a lei na sua origem mesma. Este encaminhamento da anulação tem um sentido prático: **não haverá prescrição para aqueles crimes** e as denúncias do passado e atuais poderão ser consideradas e levadas a julgamento.

O mecanismo que a coordenação propõe é uma “iniciativa popular” que requer o apoio de **10% do universo dos votantes**, o que corresponde obter mais de 250 mil assinaturas. A expectativa é de que, com a vitória desta campanha pelo plebiscito para a anulação, se possa “mudar a história, reorientando os uruguaio nos valores da justiça, equidade e dignidade”, afirma Lopez Golderacena, um advogado comprometido com os direitos humanos.



O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ agradece à Comissão Europeia o apoio que tem dado às atividades de assistência, à produção do vídeo e ao aperfeiçoamento do site.

X Encontro da RedSalud

Na primeira semana do mês de setembro, representantes dos Projetos Clínico e Jurídico do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e do Centro de Justiça Global estiveram no **Paraguai** para participar de uma **oficina de capacitação para casos de litigância junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos**. O treinamento foi promovido pelo Instituto Interamericano de Derechos Humanos (IIDH) e contou com o apoio do Centro para la Justicia y el Derecho Internacional (CEJIL). Como atividade de encerramento foi feita uma simulação de julgamento de uma petição contra o Estado do Paraguai, pelo seqüestro, detenção ilegal, tortura e violação sexual de uma estudante de 13 anos. Na seqüência do seminário também foi possível assistir às audiências públicas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos que, na mesma ocasião, atuava em Assunção. **Por último, os participantes aproveitaram a oportunidade para visitar os Arquivos do Terror, conhecer os trabalhos da Comissão de Justiça e Verdade (CVJ) do Paraguai**, além de tra-



var contato com ex-presos políticos paraguaios e familiares de mortos e desaparecidos da FADDAPY.

Passados 35 anos da ditadura Stroessner e após muita mobilização popular, o Paraguai começou a passar a sua história a limpo: **depois da localização de quase cinco toneladas de arquivos da repressão e de sua disponibilização para a sociedade**, foi instalada a CVJ.

Entre seus integrantes estão quatro representantes de atingidos e três membros de entidades de direitos humanos, dentre eles, o companheiro Carlos Portillo da Red Latinoamericana y del Caribe de Instituciones de Salud Contra la Tortura, la Impunidad y otras Violaciones de los Derechos Humanos (RedSalud). A CVJ tem a tarefa de investigar as violações praticadas por agentes do Estado ocorridas entre 1954 e 2003, identificar os responsáveis e encaminhar o resultado de suas investigações ao Ministério Público paraguaio.

*Psicanalista, integra o Projeto Clínico-Jurídico Tortura Nunca Mais/RJ

Tania Kolker*

A institucionalização da tortura no mundo globalizado

Gustavo Borchert*

Castigo Cruel, Desumano e Degradante

(...) No dia 1º de outubro de 2006, o Presidente George W. Bush assinou a lei *Military Commission Act of 2006* (Ato para Tribunais Militares), aprovada pelo Congresso Americano que **autoriza, entre outras coisas, métodos duros de interrogatório em suspeitos de terrorismo** (...). George W. Bush classificou a medida de “justa, legal e necessária”. (...) Anthony D. Romero, diretor executivo da *The American Civil Liberties Union*, chama atenção para o perigo representado pela nova lei: “O Presidente pode, agora, com aprovação do Congresso: manter pessoas presas indefinidamente, sem acusação formal; remover proteção contra horríveis abusos; usar boatos como evidência para realizar julgamentos de pessoas; autorizar tribunais que podem sentenciar pessoas à pena de morte, baseado em testemunhos literalmente extraídos das testemunhas a pancadas e fechar as portas dos tribunais para pedidos de *habeas corpus* (...)”.

A nova lei é mais uma investida contra liberdades civis e direitos humanos cometida pela Casa Branca.

Sistema Repressivo

No dia 26 de outubro de 2001, o Congresso Americano aprovou a lei *USA Patriot Act 2001* (Ato Patriota 2001 dos EUA), que definiria a estratégia da nova presidência dos Estados Unidos de gradativa transferência de poder ao braço executivo do governo. Assim explicitaria o Vice-Presidente Dick Cheney – “Acredito em uma forte e robusta autoridade do executivo e acho que o mundo em que vivemos demanda isso (...)”.

A lei confere poderes ao executivo para violar direitos civis de cidadãos, residentes e estrangeiros, legais ou ilegais, em nome da “segurança nacional”, ao autorizar medidas como o “programa para monitoramento de estudantes estrangeiros”, a “identificação pelo DNA de terroristas e outros criminosos violentos” e a “divulgação de históricos escolares”. Todas elas baseadas em um crime, antes não existente na Constituição Americana, mas agora muito bem definido pela nova legislação: **“terrorismo doméstico”**(...).

Repressão Contra Tudo e Contra Todos

Com a aprovação do *USA Patriot Act 2001* (apenas um voto contra na Câmara dos Deputados), o governo americano dá continuidade à sua estratégia de transferência de poder, criando uma segunda versão da lei (...). A mais grave entre as mudanças incluídas na nova lei *Domestic Security Enhancement Act of 2003* refere-se à **extradição e expatriação de cidadãos**. Qualquer cidadão americano apontado pelo governo como membro ou por apoiar logisticamente grupos terroristas poderá ter sua cidadania revogada e ser deportado para outros países (...). Pouco a pouco, com um poder executivo “forte e robusto”, era montado um aparelho repressivo contra tudo e contra todos em nome da “segurança nacional”.

Subversão do Direito

Tendo seus planos de aprovação no Congresso do *Domestic Security Enhancement Act of 2003* frustrados devido ao vazamento da informação sobre ele, o governo de George W. Bush partiu para novo ataque contra liberdades civis e direitos humanos (...).

Em 17 de outubro de 2006, seis semanas após o Presidente George W. Bush reconhecer a existência de prisões secretas monitoradas pela CIA - Central de Inteligência Americana em diferentes países, ele assinou o *Military Commission Act of 2006* que, mais uma vez, modificaria, profundamente, a Constituição Americana. Tal legislação constitui uma profunda ameaça às intuições democráticas daquele país (...).

A seção 2 da versão final, já aprovada pelo Congresso, dá plenos poderes ao Presidente da República para estabelecer tribunais militares, além de **autorizar a pena de morte** em casos julgados pela comissão (...).

A lei define o termo terrorismo de forma extremamente vaga, abrangendo qualquer crime violento cometido por qualquer pessoa (...). Por último, mas não menos grave, **o Military Commission Act of 2006 tem efeito retroativo** (...).



Na Luta Contra o Inimigo Comum

São muitas as coincidências entre os atuais abusos cometidos pela Casa Branca e as práticas comumente usadas nos porões da ditadura militar brasileira. Vemos, hoje, os mesmos métodos e procedimentos que causaram tanta humilhação, vergonha, dor e morte, num passado nada distante da sociedade brasileira, sendo usados de forma cínica e cruel. Estão presentes e ativos, mais do que nunca, distantes apenas geograficamente, mas muito próximos subjetivamente. Embora diferente o perfil dos atingidos, os motivos e justificativas apresentadas para as barbáries cometidas compartilham da mesma irracionalidade (...).

Tratamento cruel e bárbaro, **a tortura física e psicológica tem sido, sistematicamente, usada pela Casa Branca,** endossada muitas vezes pelo silêncio de seus aliados na “guerra ao terror”, desrespeitando, dessa maneira, tratados internacionais de que são signatários. Pessoas morrem e desaparecem, subverte-se o direito, reprime-se a tudo e a todos, para além das fronteiras, na montagem de um Estado policial para a guerra globalizada. Ontem e hoje, em nome da “segurança nacional”.

* Músico, Mestrando em Psicologia pela UFF - Universidade Federal Fluminense

(ler a íntegra do artigo no site www.torturanuncamais-rj.org.br)



GRUPO TORTURA NUNCA MAIS/RJ

Rua Gal. Polidoro, 238 sl. - Botafogo
22280-000 RJ/Brasil – Tel/Fax (021) 2538 0428

IMPRESSO